

O DIA-A-DIA Programa a sua vida



LEITE FILHO
da Editoria Política

O "LOBBY" E OS GRUPOS DE PRESSÃO

Os novos deputados encontrarão no Congresso de hoje uma realidade nova propiciada pela abertura política: é a presença do lobby, nome americano não traduzido para o português que indica o trabalho de influência realizado pelo Governo e grandes empresas e entidades de classe e os grupos de pressão de segmentos da sociedade, sobretudo sindicatos, interessados em aprovar, rejeitar ou emendar determinados projetos em tramitação.

O lobby concentra ainda toda a sua força no Executivo, que passou a centralizar, depois de 1964 praticamente todas as iniciativas de lei, mas com o gradativo fortalecimento do Congresso, proporcionado pela realização de eleições mais abertas, passou a dedicar mais atenção aos deputados e senadores.

Assim é que, quando começar a transitar pelos corredores amplos do salão verde ou do salão azul ou mesmo em seus gabinetes individuais, os parlamentares serão abordados por rapazes bem trajados e muito distintos que vão lhe pedir a atenção para uma ponderação ou outra sobre determinado projeto em tramitação ou que esteja simplesmente nas cogitações do Governo ou mesmo de um ou outro deputado.

Os lobbistas, como eles são mais conhecidos, fazem questão de dizer que não são portadores de nenhuma tentativa de suborno, como são às vezes confundidos, devido ao que consideram ser ainda um preconceito com a falta de hábito da política brasileira com sua atividade, muito comum em países democráticos como os Estados Unidos, França e Inglaterra.

RELACIONAMENTO

Isto não impede, entretanto, como eles admitem, que um outro parlamentar seja contemplado com um maior espaço nos meios de comunicação, uma viagem de turismo pelo Brasil ou ao exterior, como parte de um relacionamento que desejam mais sólido com a empresa ou entidade por que contratado.

Foi o caso da indústria de detergentes que, por volta de 1980, tentou fazer passar no Congresso uma lei transferindo para 1984 a exigência de que os detergentes passassem a ser biodegradáveis a partir de 1981. Seus representantes, que não têm credenciamento no Congresso, chegaram a oferecer algumas viagens a parlamentares, mas como era grande a resistência nas duas casas do Congresso, eles decidiram apelar para o contato direto com o Governo e conseguiram o que queriam.

Através de um decreto-lei, instrumento com o qual o Governo tirou praticamente todos os poderes do Congresso em matéria de legislação na área econômica e financeira e mesmo no campo social, transferiu para 1984 aquela exigência, que passou a vigor automaticamente e com a necessidade de uma estafante, tramitação no Congresso, de resultados duvidosos, e que levam pelo menos seis meses para oferecer uma decisão.

GRUPOS DE PRESSÃO

Ao lado do lobby atuam os chamados grupos de pressão, estes mais diretos e exigentes, que atuam em nome de setores da população que se consideram responsáveis diretos pela eleição dos parlamentares. E o caso por exemplo dos sindicatos, interessados na revogação do decreto-lei que alterou recentemente a lei salarial.

A atuação dos sindicatos na última reformulação desta lei, ocorrida há cerca de um ano e meio, foi deveras marcante. Com a mobilização operários e estudantes de todo o País, as lideranças sindicais encheram as galerias do Congresso e valaram os parlamentares do Congresso e aplaudiram os da oposição, embora sem grande proveito, porque na época o PDS tinha a maioria absoluta e aprovou a lei como bem quis o Governo.

Estes mesmos grupos atuam em áreas mais setorializadas como a defesa da ecologia, do movimento feminista, do combate ao aborto, dos promotores públicos, dos delegados de polícia, de médicos, enfermeiros, sociólogos.

Porém, eles atuam esporadicamente e só quando há algum projeto em tramitação ou debate mais envolvido sobre temas que lhes envolvam diretamente. Independentes destes setores, outros grupos de pressão agem com mais regularidade e por esta razão os lobbistas acham que eles não diferem muito deles.

E o caso por exemplo dos representantes do MR-8, que mesmo sem ter credenciamento na Câmara, exercem aquilo que os lobbistas chamam de "patrulhamento ideológico", ao exigirem posições e determinados comportamento dos deputados, sobretudo da oposição.

ATUAÇÃO DO GOVERNO

O governo federal, porém, é o que exerce influência mais direta no Congresso, através de assessores parlamentares credenciados tanto na Câmara como no Senado ou dos próprios ministros, que instruem parlamentares, sobretudo do PDS, a adotarem esta ou aquela posição na votação e apreciação de projetos de lei do Governo.

Alguns assessores parlamentares dão-se ao luxo inclusive de elabora-

rem pareceres para relatores que, de tão envolvidos pela pressão governamental, muitas vezes conservam o texto integral elaborado no Ministério.

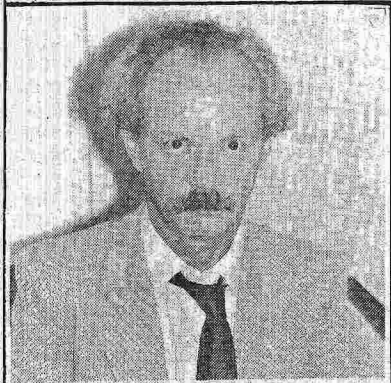
Todos os ministérios e empresas públicas, como a Caixa Econômica e a Petrobrás, têm assessores parlamentares, como os lobbistas são designados oficialmente, tal como ocorre com as entidades de classe, tanto patronal como empregatícia.

OFICIALIZAÇÃO

O lobby foi oficializado na Câmara em 1972, na administração do presidente Pereira Lopes (Arena-SP), como uma forma de legitimar uma atividade que vinha se desenvolvendo de forma quase ilegal, apesar de ser instituída oficialmente há longo tempo nos Estados Unidos e outras nações democráticas.

No artigo 60 do regimento interno, está previsto que "poderão as entidades de grau superior, de empregados ou empregadores, e órgãos de profissionais liberais credenciados oficialmente junto à mesa, representantes que possam, eventualmente, prestar esclarecimentos específicos à Câmara, através de seus órgãos técnicos".

Atualmente, estão credenciados cerca de 200 assessores parlamentares na Câmara, incluindo os representantes dos Ministérios, empresas públicas e autarquias do governo federal e do Governo do Distrito Federal. Entre as entidades privadas que têm representantes na Câmara estão a CNI, FIESP, Abifarma, Abifumo, Abert e outras. As empresas multinacionais atuam de forma mais discreta e eventualmente através de emissários próprios, como é o caso da Mercedes Benz, da Souza Cruz e da Bonfiglioli.



FRANCISCO MASCARENHAS
da Editoria Política

SALÁRIO É ACIMA DE 2 MILHÕES

Afinal, quanto vai receber o parlamentar a partir do dia primeiro de fevereiro? Esta é a pergunta que vem sendo feita e para a qual diversas respostas são dadas. Uns dizem que o máximo será Cr\$ 1.271.802,00, enquanto outros asseguram que não ultrapassará de Cr\$ 2 milhões e 300 mil.

A dúvida tem razão de ser, porque cada corrente apresenta critérios diferentes, através dos quais pode-se chegar à cifra de Cr\$ 2.840.566,00, isto levando-se em consideração tudo aquilo que o parlamentar tem direito.

Pelo decreto legislativo nº 114, de 3 de dezembro de 1982, que fixou o subsídio e a ajuda de custo dos membros do Congresso Nacional, para a legislação a iniciar-se em primeiro de fevereiro deste ano, a razão fica com a primeira corrente.

Isso porque o decreto estabelece que a parte fixa é de Cr\$ 300 mil e a variável é de 30 diárias por mês, no valor de Cr\$ 12.459,00 cada uma. Somando-se as duas, o parlamentar perceberá mensalmente a importância de Cr\$ 673.770,00. Ele, no entanto, terá que participar de todas as sessões e das votações.

Ocorre, porém, que dificilmente a Câmara ou o Senado deixam de convocar as oito sessões extraordinárias que a Constituição permite sejam realizadas mensalmente. Assim, some-se a essas duas parcelas a importância de Cr\$ 99.672,00, pois cada sessão extra corresponde a uma diária de Cr\$ 12.459,00.

Há ainda que se levar em conta que são convocadas ainda cerca de 40 sessões extraordinárias, por mês, para reunião conjunta das duas Casas do Congresso, cujo pagamento é feito também na base das diárias estipuladas para a parte variável. Essas sessões são convocadas, principalmente, para a leitura de mensagens presidenciais encaminhando projetos de lei e decretos-lei, além das leituras de propostas de emendas à Constituição. Elas também são realizadas para as votações dessas medidas legislativas.

Cada parlamentar perceberá ainda a importância de Cr\$ 498.360,00 o que somada as três outras parcelas totalizam Cr\$ 1.271.802,00, o que daria razão à primeira corrente. Já a segunda corrente, para a qual o parlamentar perceberá cerca de Cr\$ 2 milhões e 300 mil, soma a isso tudo as vantagens indiretas.

Tais vantagens são: quatro passagens mensais, sendo duas para o Estado de origem e uma para o Rio e outra para São Paulo; o auxílio-transporte; e a cota de correspondência e de telefone. Pelos cálculos desta corrente, a Câmara e o Senado colocam à disposição de cada parlamentar cerca de Cr\$ 300 mil, um pelo outro, para o pagamento das passagens aéreas.

Para a cota de telefone depende também da distância que separa o parlamentar do seu Estado de origem, assim como as passagens, eles calculam uma média de Cr\$ 86.000,00 para cada um deles por mês. O auxílio-transporte atualmente é de Cr\$ 267.017,00 correspondendo a 30 litros de gasolina por dia. A cota de correspondência está fixada em Cr\$ 118.200,00 por mês.

Há ainda aqueles que somam a isso tudo os salários que são pagos aos funcionários que são colocados à dis-

posição dos deputados. Cada deputado tem direito a indicar três, sendo um o Assistente de Gabinete Parlamentar, com remuneração mensal de Cr\$ 169.120,00; outro o Secretário de Gabinete Parlamentar, com remuneração de Cr\$ 112.749,00; e o terceiro, Auxiliar de Gabinete Parlamentar, com remuneração de Cr\$ 60.480,00. O parlamentar pode optar em troca do Auxiliar, por um motorista, cuja remuneração é de Cr\$ 61.508,00.

Isto porque, segundo alegam, tais funcionários são da confiança pessoal do deputado e trabalham especificamente para o parlamentar. Esta corrente soma ainda aos provenientes dos congressistas os alugueis dos apartamentos e gabinetes que a Câmara coloca à disposição dos deputados. Pelos cálculos deles, por se tratar de apartamentos com quatro quartos, o aluguel seria de aproximadamente Cr\$ 250 mil, e para os gabinetes calculam a importância aproximada de Cr\$ 100.000,00.

Indo mais longe, dividem por 12 meses a ajuda de custo anual que é dada a cada um deles, na importância de Cr\$ 662.048,00, pagas em duas parcelas iguais, uma no início e outra no encerramento da sessão legislativa. Destacam ainda a novidade introduzida no decreto legislativo nº 114/82, segundo a qual "os valores do subsídio e da ajuda de custo fixados nos artigos anteriores serão reajustados, por ato das Mesas de cada uma das Câmaras, a partir, inclusive, de 1984, nas mesmas épocas e segundo as mesmas bases estabelecidas para os vencimentos dos servidores civis da União".

APARTAMENTO FUNCIONAL GARANTIDO

Em todo começo de legislatura, que se dá de quatro em quatro anos, o grande problema para a mesa da Câmara diz respeito à moradia dos deputados. Em razão da transferência da Capital, o ex-presidente Juscelino Kubitschek, que queria inaugurá-la, na data fixada, a qual quer custo, criou os chamados apartamentos funcionais, como forma de atrair os servidores federais e os próprios parlamentares, que insistiam em permanecer na antiga Capital.

Cada servidor transferido, como também os parlamentares, recebiam apartamentos e pagavam uma taxa de ocupação, ficando a cargo dos órgãos federais a manutenção e conservação dos blocos, cobrando também dos seus ocupantes uma taxa de administração. A ideia se justificava, por ser Brasília uma cidade eminentemente administrativa e se os apartamentos fossem vendidos, quando o servidor se aposentasse criaria sérias dificuldades para atração de novos, pois o próprio projeto da cidade fixa o número de quadras e de prédios a serem construídos nela.

Porém, uma lei foi aprovada permitindo que o ocupante comprasse o imóvel, surgindo daí uma grande especulação imobiliária. Os autores de tal lei foram os primeiros a se beneficiarem com ela, nascendo daí a grande dificuldade para a Câmara, principalmente, em oferecer residências para os deputados. Como o número de senadores é fixo, esta dificuldade é menor.

Mesmo assim, o 4º secretário da Câmara, deputado Paes de Andrade, se considera satisfeito por ter atendido com apartamentos funcionais 207 dos 258 novos deputados eleitos em 15 de novembro. Outros 10 já optaram pelo auxílio moradia, no valor mensal de Cr\$ 180 mil. Os demais estão em fase de negociação, podendo, por fim, optar pelo auxílio.

Segundo Paes de Andrade, a dificuldade maior se deve ao fato de existir uma antiga norma baixada pela mesa diretora da Casa concedendo um prazo de 30 dias para os deputados não reeleitos devolverem os apartamentos que ocupavam. Como solução para o problema, o 4º secretário - a quem compete a distribuição de apartamentos - estabeleceu que os novos deputados procurassem se entender com os que não se elegeram dentro dos seus Estados e das suas bancadas, para receber deles os apartamentos.

A Câmara é proprietária de 16 blocos de partapartamentos, sendo 13 localizados na Asa Norte e 3 na Sul. O DASP, por sua vez, emprestou um bloco com 36 apartamentos na SQN 112. Cada apartamento é constituído de um amplo salão, uma suíte, dois dormitórios, e um escritório, além da copa, cozinha e dependências de empregada. O mobiliário, também fornecido pela Câmara, é padronizado.

A ampliação de 420 para 479 deputados também foi outro fator complicador para a distribuição de apartamento. A solução para o caso foi conseguida através do empréstimo que o DASP fez à Câmara de um bloco, com 36 apartamentos, por dois anos, "até - segundo Paes de Andrade - que sejam construídos os dois blocos que a Câmara tem na SQS 311".

As quadras onde ficam os blocos de apartamento para os deputados são arborizadas e atendidas, assim como as demais, por lojas instaladas no setor comercial das mesmas. A conservação e manutenção do bloco é feita por empresas prestadoras de serviços, que também se responsabilizam pela vigilância e segurança dos seus ocupantes.

Assim como existe o caso específico do deputado Ulisses Guimarães e do senador Nelson Carneiro residirem num mesmo apartamento, existem dois outros em que a Câmara teve que conceder dois apartamentos para que os deputados Jorge Vargas e Carlos Santana abrigassem sua numerosa família. No Senado isso se deu com o ex-senador Agenor Maria (RN), que recebeu dois apartamentos para poder abrigar seus familiares.

Já no Senado o problema é menor, porque o número de senadores é fixo três para cada Estado - e a Casa conta com os blocos C, G e D da SQS 309. Porém, na atual legislatura, houve

uma certa dificuldade para atender os três senadores eleitos pelo novo Estado de Roraima.

Os apartamentos que são fornecidos aos senadores são quase idênticos aos dos deputados. Constam de quatro quartos, um amplo salão, copa, cozinha e dependências para duas empregadas. O mobiliário também é padronizado. Assim como os da Câmara, os apartamentos dos senadores também são carpetados.

Quanto às residências oficiais dos presidentes da Câmara e do Senado, a justificativa apresentada é a de que, pela importância dos cargos que ocupam, não seria justo que residissem em apartamentos funcionais. Segundo Paes de Andrade fez questão de ressaltar, os dois recebem o mesmo tratamento que é dado aos Ministros de Estado.

As residências são localizadas na Península dos Ministros no Lago Sul e as "mordomias" que lhes são oferecidas correspondem também aos dos 5 ministros. Segundo o diretor-geral do Senado, Aimam Nogueira da Gama, os gêneros alimentícios são fornecidos pela Cooperativa do Congresso. Os empregados que os atendem são pagos pelo Senado e a Câmara, tratando-se de domésticas e seguranças.



RITAMARIA
da Editoria Política

BRASÍLIA JÁ ATRAI MORADORES

Ao contrário do que representou nos seus primeiros anos, morar em Brasília não se constituiu mais num bicho de sete cabeças para os políticos, quer novos ou antigos, que vêm preferindo se instalar na cidade, transferir a família e plantar raízes. Somente os mineiros, paulistas e cariocas ainda relutam nesta decisão, por causa das facilidades da ponte aérea, mas também eles acabam tomados pelo nível de qualidade de vida da cidade. Outros, chegam ao ponto de, derrotados nas eleições, optarem por arranjar nova colôcação e permanecer, como Getúlio Dias e Aldo Fagundes. Aos 22 anos, a Capital Federal consolidou-se e não registra mais antipatias como a do falecido deputado Paulo Sarazate, que se intitulava seu inimigo número um, mas ainda assim, acabou fixando-se aqui.

Exemplo típico da transformação é Amaral Netto, que durante quatro mandatos formou no rol dos "deputados ponte-aérea". Eleito em novembro, depois de um período fora da política, alugou uma casa na QI 5 do Lago Sul, já trouxe a mulher, dois filhos, e a sogra. E desde domingo aderiu ao hábito de assar churrasco para a família, o que fez com dois cunhados - Júlio e Chiquinho Adnet. Para quem não tolerava Brasília, Amaral admite que "está achando uma beleza" oferecer aos filhos o convívio com a natureza, ar puro, segurança e quer aproveitar para andar de bicicleta, curtir a vida. Isso tudo, segundo admitiu, ainda dá lucro, porque alugou seu apartamento por Cr\$ 350 mil, deixou de pagar Cr\$ 40 mil de condomínio, e a Câmara ainda lhe dá Cr\$ 180 mil como auxílio-moradia pela dispensa do imóvel funcional, para pagar Cr\$ 400 mil de aluguel.

Um pioneiro da cidade é o senador Passos Porto, que vive com três filhos e quatro netos. Com tem medo de avião, vai pouco a Sergipe e só de carro. Seu contrêrraneo Albano Franco, recém-eleito, ainda está decidindo se fica em Brasília, Aracaju ou Rio, por isso, reservou escola para os dois filhos nos três lugares. Os gaúchos também gostam muito de Brasília. Nelson Marchezan, por exemplo, está plenamente adaptado e sua mulher, Maria Helena, não tem queixas. Hugo Mardini, ao contrário da grande maioria, não se mudou para o Sul nem no ano eleitoral, porque seus quatro filhos gostam da cidade e têm atividades que optaram por dar continuidade. Outro fator que interfere na adaptação é o casamento entre filhos de deputados, não raras vezes de Estados distantes.

Irismar Medeiros decidiu se fixar em Brasília há 12 anos, e segundo revelou seu marido, Marcelo Medeiros, a tranquilidade de vida familiar funcionou como forte atrativo nesta decisão. Uma calma que eles não desfrutaram em Fortaleza, quando a casa está sempre cheia. Alguns solteiros revelam que também gostam de viver na Capital, como Albérico Cordeiro, que ocupa um apartamento espaçoso e mora sozinho, pois é pioneiro.

Aliás, Edison Lobão, Albérico Cordeiro, Edson Vidigal e Cristina Tavares eram jornalistas políticos em Brasília antes de conquistarem seus mandatos e por isso foram poucas as mudanças após as eleições. Outros, com visão de homens de negócios, ainda investem na região geoeconômica, como os fazendeiros Joacil Pereira, Jorge Vargas e Cláudio Strassburger, que agora, como vice-governador eleito do Rio Grande do Sul, lamenta ter que se afastar da estância candanga, onde encontra um bom refúgio para descansar. Já o governador eleito da Bahia, João Durval, nunca trouxe a família, o que não é comum entre os balanos. Amália Magalhães, veio com Ângelo em 1973 e, se não perde as oportunidades de ir a Salvador, está adaptada a cidade, onde trabalha e participa da comunidade.

Esta adaptação, porém, não foi conseguida por Edy De Prá que "supportou" dois anos e, mesmo vencendo a resistência do marido, Walter, para trabalhar em seu gabinete, acabou voltando para o sol das praias de Vitória. Seus contrêrraneos Max Mauro e Teodorico Ferraco também não vieram com a família, preferindo se deslocar sozinhos con-

fôrme as imposições políticas. Reynolds Stephanes, que residia aqui em outras circunstâncias, volta agora para seu segundo mandato disposto a morar e usufruir de Brasília. Outro que está retornando é Assis Canuto, funcionário do Incra, eleito deputado federal por Rondônia que trouxe a mulher e os filhos. João Batista Fernandes, de Roraima, também está de volta. Tanto que se instalou em imóvel próprio, dispensando o da Câmara.

Ligado a Brasília há muitos anos, o futuro presidente da Câmara, deputado Flávio Marçilio, tomou uma decisão esta semana: dispensará a casa oficial para ocupar a de sua propriedade, também no Lago Sul, recém-construída. Trata-se de uma das poucas obras particulares projetada por Oscar Niemeyer e que vem se transformando numa atração nas redondezas. Outro exemplo típico de adaptação é o do provável líder do PMDB, Pimenta da Veiga. Cedo ele veio para a cidade, onde estudou em escolas tradicionais, como o Colégio Elefante Branco. Casado com Beth, uma médica dermatologista também com fortes laços candangos, a família reside no Lago Sul e pode ser encontrada nos finais de semana pedalando bicicletas pelas ruas próximas ao Centro Comercial Gilberto Salomão.

Enquanto João Carlos De Carli e Carlos Wilson, ambos pernambucanos, asseguram que todos da família amam viver em Brasília, mesmo longe do mar do Recife, outros têm dúvidas se vão-se adaptar, mas demonstram persistências. Este é o caso de José Fernandes, de Manaus, que apesar das fortes ligações com a região amazônica quer exercer o mandato em tempo integral e, por isso, trouxe a mulher, três filhos e quatro outros dependentes.

PREVIDÊNCIA É OFERECIDA PELO IPC

O Instituto de Previdência dos Congressistas, o IPC, criado em 1963 graças à inspiração e à luta de Monsenhor Arruda Câmara, é a previdência social dos congressistas e visa ao amparo dos parlamentares, funcionários do Congresso e respectivas famílias.

A legislação do Instituto foi reformulada, ao final da última sessão legislativa, para evitar o seu colapso financeiro, pois, em 1980 ele já pagara de benefícios 93,81% de sua receita de contribuições, alcançando um déficit técnico de 3 bilhões de cruzeiros.

Os pontos principais das modificações foram o aumento do quadro de contribuintes, tendo em vista que todo o sistema de mútuo depende basicamente da relação entre a massa de contribuintes e um número, muito menor, de beneficiários. Isto não vinha acontecendo, pois aumentava continuamente o número de benefícios concedidos enquanto o de contribuintes permanecia estável. Assim, a nova legislação reabriu o prazo para inscrição de servidores da Câmara e do Senado (que estava fechado há muitos anos) e admitiu o ingresso, como segurados facultativos, dos deputados estaduais. A contribuição dos deputados e senadores, que são segurados obrigatórios, passou de oito para 10% e foi aumentada a contribuição das duas casas do Congresso relativamente aos seus servidores.

BENEFÍCIOS

O IPC concede pensão por tempo de mandato, de contribuição ou de serviço, por invalidez e por morte, auxílio doença e auxílio funeral.

Ao congressista que houver exercido mandato, desde que tenha contribuído para o Instituto durante oito anos (período de carência), é concedida pensão proporcional aos anos de mandato. Seu valor é de 26% aos oito anos. A partir de o nono ano a pensão é acrescida dos seguintes percentuais: do 9º ao 16º ano, mais 3,25% por ano; do 17º ao 28º, mais 3,4 por ano; do 29º ao 30º ano, mais 3,6 por ano.

A pensão por invalidez é integral, se decorrente de acidente em serviço, e proporcional ao tempo de mandato (somado aos de estadual ou municipal averbados) e ao tempo de contribuições.

A pensão aos beneficiários do congressista falecido corresponde à metade do valor a que teria direito o segurado como pensão por tempo de mandato. O auxílio funeral, de valor não excedente a cinco salários mínimos da localidade em que se der o sepultamento, é pago à pessoa que custear o funeral, desde que nenhuma outra entidade haja concedido semelhante auxílio.

O IPC concede empréstimo aos seus segurados obrigatórios e facultativos, mediante consignação em folha e garantias suplementares. A nova legislação prevê a criação da Caixa de Pecúlio do Fundo Assistencial, que será regulamentada por resolução do Conselho Deliberativo.

A administração do IPC é constituída de um presidente e um vice-presidente, eleitos alternadamente entre senadores e deputados por um período de dois anos, e de dois conselheiros. O Conselho Deliberativo é formado de nove membros e igual número de suplentes e integrado por três senadores e seis deputados federais. O Conselho Consultivo compõe-se dos presidentes do Senado, da Câmara, do IPC e dos ex-presidentes do Instituto.

FRACASSARAM OS ESTUDOS POLÍTICOS

Os institutos de estudos políticos fundados com grande alarde em 1975 pela então Arena e logo seguida pelo ex-MDB, como uma forma eficaz de formar quadros partidários habilitados para a gerência dos negócios públicos, acabaram não vingando.

A Fundação Milton Campos, da Arena, instalada pelo deputado Marco Maciel, seu primeiro presidente, é hoje um órgão abandonado, depois de passar para o PDS, enquanto o Instituto Pedrosa Horta, do PMDB, tenta sobreviver a duras penas com a realização de um ou outro seminário.

Aquilo que pretendia ser uma versão brasileira da Fundação Konrad Adenauer, da Democracia Cristã, a grande fornecedora de quadros para o partido e as próprias instituições alemãs, virou simples repartição dos partidos sem qualquer expres-

são ou influência política.

A principal causa do fracasso é atribuída pelos dirigentes de partido à falta de recursos financeiros dos partidos que, não tendo condições nem mesmo de sobrevivência condigna - incluindo o próprio PDS -, não teria como sustentar um empreendimento de tal monta.

FALTA DE ENTUSIASMO

Mas a falta de entusiasmo e visão política das direções partidárias parecem mais responsáveis pelo emperramento destes órgãos partidários, que representa no fundo o primeiro grande esforço para formar quadros políticos autenticamente profissionais.

Se os políticos têm condições de obter fundos para financiar uma campanha eleitoral, como foi a de 15 de novembro, cujos custos segundo os cálculos de alguns deles, poderiam pagar a dívida externa do Brasil, por que tocar para frente estes órgãos de estudos políticos, que, formando quadros de dentro e fora dos partidos, sobretudo entre estudantes, poderiam dar uma nova dimensão à política brasileira?

Mesmo assim, os novos parlamentares que agora chegam a Brasília ainda encontrarão alguns estudos interessantes realizados pela Fundação Milton Campos, como foi uma análise mandada realizar por seu então presidente, o falecido deputado Rogério Rego (PDS-BA), sobre as eleições de 1978.

No Instituto Pedrosa Horta, os peemedebistas podem encontrar algumas publicações políticas editadas através da Coleção Alberto Pasqualini, assim como as conclusões de alguns seminários recentes, realizados por seu atual presidente, o deputado João Gilberto (RS), que debateu alguns temas institucionais e econômicos.

Foi também através do instituto, ainda que a inspiração partisse de outras fontes, que foi produzido o documento "Esperança e Mudança", em que o PMDB advertiu o País contra o crescimento da dívida externa e propôs a renegociação da dívida, fato que mereceu uma crítica acerba do ministro Delfim Netto, que, no entanto, três meses depois teve de comandar o processo do que ele preferia chamar de "reciclagem da dívida".

OUTRAS OPÇÕES

Em Brasília, no entanto, os deputados e senadores interessados em aprofundar seus conhecimentos políticos, contam com alguns cursos de extensão e uma farta bibliografia editada pela Editora da Universidade de Brasília.

Esta editora, que já editou cerca de 200 títulos só na área de Ciência Política, que vai de Maquiavel a Henry Kissinger, promove também seminários com autores vivos como foi o caso do próprio Kissinger, além de cursos sistematizados por correspondência, nos moldes da Universidade Aberta, de Londres.

E também a Editora da UnB que está promovendo, em convênio com a Câmara, um curso intensivo de formação política destinado exclusivamente aos novos e velhos parlamentares que tomarão posse dia 1º de fevereiro com a duração de 15 dias.

LEITE FILHO

BIBLIOTECA GARANTE OS SUBSÍDIOS

Na legislatura que inicia agora, com um Congresso renovado, os cinco mil metros quadrados da Biblioteca da Câmara dos Deputados devem ter tanta movimentação quanto os 850 metros quadrados do plenário. E que lá os parlamentares irão buscar, nos seus 400 mil volumes, subsídios para pronunciamentos.

Mesmo antes de ser iniciado o novo período legislativo a biblioteca, que já foi a maior do Brasil, e hoje está incluída entre as 10 principais da América Latina, já começa a ser procurada pelos deputados em primeiro mandato, que vão se informar sobre como conseguir livros emprestados, e o que existe pelas prateleiras.

Tão importante o apoio da biblioteca para o processo político em desenvolvimento que sua diretora, Lola Azra Barrenechea já prepara um perfil de todos os deputados eleitos, possibilitando assim a formação de um fichário com a bibliografia que possa mais ser útil a cada deputado.

Por exemplo, se for mais ligado a assuntos agropecuários, terá anotado em sua ficha os livros que pode lhe interessar de imediato. Se for um jurista, empenhado em reformular a legislação eleitoral, ou um deputado sensível ao abandono do menor, igualmente constará de fichas, tornando dessa maneira mais eficiente o trabalho de apoio.

Além disso, já estão sendo tomadas providências para aperfeiçoar a biblioteca com o funcionamento de um sistema de computação, que, de acordo com a diretora, será possível graças ao grande empenho que têm o secretário-geral da Mesa, Paulo Afonso Martins de Oliveira e o diretor-geral da Câmara, Alterado de Jesus. A partir deste ano a tecnologia será aplicada ao esforço humano para propiciar aos deputados todos os elementos necessários para seus pronunciamentos.

Mas não são apenas os deputados que podem utilizar a biblioteca, solicitando qualquer um dos seus 400 mil exemplares. Os funcionários, até mesmo aposentados, também têm igual regalia, bastando para isso preencher um cadastro em que constem função e número de matrícula funcional.

Discreta, a diretora admite que existem muitos casos em que deputados e até funcionários deixam de devolver os livros que retiraram como empréstimo. E isso ocorre principalmente com parlamentares que não conseguem reeleição, desfalcando a biblioteca de obras raras.

Alguns, por esquecimento, e até mesmo em decorrência da pressão que têm de voltar aos seus Estados, depois dos resultados eleitorais, e por isso juntam em suas bagagens os livros que pertencem à Câmara - e que jamais serão devolvidos às suas prateleiras.

Acredita dona Lola Barrenechea que já começa existir uma conscientização de que um livro da biblioteca é um bem público, que deve ser preservado e devolvido. E agora, em uma nova fase de amadurecimento político, a tendência é que isso amadureça.

MARCONE FORMIGA
da Editoria Política